

Ata número vinte e dois

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2025 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, pelas 10:00 horas, na Sala da Assembleia no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a Sessão sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista - PS:

Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio e João André Botão dos Santos.

Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:

António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldês Barroso.

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.

Estiveram também presentes nesta Sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.

Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:

- 1- 1º Período de Intervenção do Público*
- 2- Período Antes da Ordem do Dia*
- 3- Período da Ordem do Dia*

- 3.1- *Apreciação e votação da ata da Sessão anterior*
- 3.2- *Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município*
- 3.3- *Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão – Resultados 2024 – Para Conhecimento*
- 3.4- *Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência 2024 da EMPDS - Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM*
- 3.5- *Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência 2024 do Município de Belmonte*
- 3.6- *Normas de Controlo Interno - Para Conhecimento*
- 3.7- *Programa de Cumprimento Normativo e Transparência Municipal – Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Para Conhecimento*
- 3.8- *Apreciação e votação da Recondução do Membro designado em Assembleia Municipal Luís António Almeida para a CPCJ de Belmonte*
- 4- *2º Período de Intervenção do Público*

1 – 1º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que iria passar ao Período de Intervenção do Público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou ao ponto seguinte.

2 - Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, bem como a todos os que tinham colaborado nas Festas do Concelho, pela forma como as mesmas tinham decorrido, nomeadamente às Bandas Filarmónicas, aos Bombeiros, aos Escuteiros, aos funcionários da Câmara Municipal, a todas as Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, que lhes tinham dado a honra e o prazer de terem estado presentes no Dia do Concelho. Frisou que o mesmo tinha sido bastante dignificado e com um vasto programa o que veio dignificar o Concelho de Belmonte.

Asseverou que também nestas Festas do Concelho, tinha sido integrado e muito bem a celebração do 25 de Abril, não podendo deixar de fazer uma pequena referência/apontamento porque este 25 de Abril, foi celebrado com Luto Nacional, tendo assim deixado um pequeno apontamento que se transcreve integralmente.

“Celebrar o vinte e cinco de abril é respeitar a memória de quem defendeu a liberdade e a igualdade. A melhor resposta que Portugal pode dar a um governo que decidiu cancelar as celebrações do vinte e cinco de abril. Foi uma participação em força nas celebrações em todo o país. Um erro cancelado toda a agenda festiva do vinte e cinco de abril na sequência do luto nacional pela morte do Papa Francisco. Tenho a certeza de que a maioria dos portugueses não entende esta decisão por celebrar abril não é de suspeitar a memória de alguém que ao longo da sua vida o que fez foi defender a liberdade e a igualdade. Destacar o amor do Papa Francisco pela liberdade e pela igualdade dois dos valores que nós celebramos no dia vinte e cinco de abril também aqui em Belmonte.

Muito obrigado.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua Moção que se transcreve integralmente.

“Moção

Francisco sempre

Faleceu o Papa Francisco, um Papa que marcou a Igreja, os católicos e outros cristãos, nesta fase da história da humanidade com uma grande proximidade às causas da Paz, de defesa dos direitos económicos e sociais e de justiça para os excluídos desta sociedade “submetida a interesses financeiros”, como dizia.

As suas Encíclicas, designadamente Laudato Si’ e Fratelli Tutti, constituem um avanço importante na doutrina social da Igreja.

- Laudato Si’ (2015), na qual critica o consumismo e o desenvolvimento irresponsável, apelando à mudança e à unificação global para combater a degradação ambiental dizendo “o urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar” (Laudato si’ 13).

- Fratelli Tutti (2020), na qual exorta as pessoas a construírem um mundo que assente em relações de fraternidade e diálogo onde fala de “uma única humanidade, como caminantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos ... Jesus veio revelar o rosto de Deus a todos aqueles que o procuram.”

A respeito do trabalho, o Papa Francisco pediu dignidade para os trabalhadores, igualdade na retribuição salarial entre homens e mulheres e respeito pelos direitos conquistados. Afirmou que o trabalho precário “é uma ferida aberta para muitos

trabalhadores, que vivem no medo de perder o próprio trabalho. Precariedade total. Isso é imoral. Isso mata: mata a dignidade, mata a saúde, mata a família, mata a sociedade” ... “Os seres humanos e a natureza não devem estar ao serviço do dinheiro. Digamos NÃO a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir. Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Mãe Terra.”

Quanto à Educação, afirmou, na mensagem que dirigiu a um encontro realizado em Madrid, que todos “têm o direito à educação” e “ninguém deve ser excluído”, manifestando preocupação com as muitas crianças e jovens que “não têm acesso à educação em diferentes partes do mundo”, sendo vítimas de opressão, da guerra e de violência.

Condenando as guerras, o Papa Francisco disse: “a guerra é fruto da velha lógica política de poder que continua a dominar a chamada geopolítica”. ... “A verdadeira resposta, no entanto, não são mais armas, mais sanções, mais alianças político-militares, mas sim um foco diferente, uma forma diferente de governar o mundo, agora globalizado, e de configurar as relações internacionais.”

Do ponto de vista diplomático, o pontífice defendeu uma diplomacia de paz e ofereceu os préstimos do Vaticano em alguns dos mais importantes conflitos do nosso tempo, como no conflito russo-ucraniano, no israelo-palestiniano (o Vaticano reconhece a independência da Palestina desde 2015), no reatamento de relações entre os EUA e Cuba, durante a presidência de Barack Obama, ou na contenção de um alargamento internacional da guerra na Síria, em 2014.

Pedi: “Por favor, que não se derrame mais sangue inocente, nem na Terra Santa, nem na Ucrânia, nem em lado nenhum! Basta! As guerras são sempre uma derrota, sempre!”

Alertou: “A indiferença é o maior inimigo da humanidade, devemos aprender a ser irmãos”

A Assembleia Municipal de Belmonte lamenta o falecimento do Papa Francisco, a perda desta voz em defesa da Paz e do diálogo, em defesa dos mais desfavorecidos e contra a intolerância, para um mundo justo e solidário e apresenta as suas condolências a todos os católicos e à Igreja Católica.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Jornalistas, Caras e Caros Conterrâneos, bom dia a todos.

Folgo em estarmos aqui depois deste susto, ou deste apagão generalizado que tanto transtornou a nossa vida no dia de ontem, também Senhor Presidente da Assembleia Municipal, compreenderá que não são as condições ideais mas são as possíveis na medida em que esta Bancada gosta de preparar adequadamente todos os

assuntos e objetivamente desde as onze e qualquer coisa do dia de ontem, até às dez e meia onze horas não foi possível aceder a internet e aos documentos pelo que nos sentimos menos confiantes nas decisões que hoje forem aqui tomadas. Portanto esta é a realidade e daí ter enviado um e-mail perguntando se seria possível adiar a sessão. A sua decisão foi de manter e, portanto, cá estamos. Ainda assim preparei aqui uma intervenção que gostaria de partilhar com vocês.

Gostaria que as minhas primeiras palavras fossem para o concelho e para as suas festas que decorreram nos últimos dias. Saliendo a Sessão Solene da Assembleia Municipal, bem como a Sessão Solene de dia 26, mesmo que não tenha entendido porque o Senhor Vice-Presidente e número dois da candidatura do PS nas próximas eleições autárquicas não tenha ficado ladeado pelo número um, candidato do PS que ocupou lugar de destaque na primeira fila. Se foi como candidato do PS, que não acredito, é incompreensível. Se foi como Presidente da Federação Distrital do PS, não se entende, pois, outros Presidentes de Câmara Municipal, que por sinal estiveram na condição de signatários de um protocolo, não mereceram estar na primeira fila. Seguramente figuras ilustres não precisarão de ser promovidas em Sessões Solenes da Câmara Municipal de Belmonte, bem como espero que os recursos públicos, tais como o gabinete de comunicação ou o Visit Belmonte não sejam usados para fins eleitoralistas nos meses que se avizinham. Até porque a promoção do Senhor Vice-Presidente, que em linguagem de futebol que bem conhece, luta pela manutenção e não pela subida, essa promoção não será necessária dado que todos conhecem bem o trabalho realizado ao longo dos últimos 4 anos. Conhecem bem por ser tão pouquinho e por isso não é necessária grande memória.

Mas quatro dias após a Sessão Solene do 25 de Abril, reúne novamente esta câmara, desta vez em reunião ordinária. Nessa ocasião, como é habitual, assistimos a discursos bonitos, eloquentes mas, infelizmente contraditórios e inconsequentes com a ação.

Permitam-me, com todo o respeito, recuperar algumas ideias dos discursos dos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma vez mais, e com razão, diga-se, indignava-se contra o centralismo de Lisboa, o abandono do litoral, no fundo, contra o autoritarismo que tem penalizado os mais fracos ou, nas suas palavras, os que têm, menos votos. Também no mesmo sentido, de rejeição do autoritarismo do Presidente Americano Donald Trump, o Senhor Presidente da Câmara Municipal alertava para a necessidade de inclusão, de respeito por todos e de combater as oligarquias e os círculos fechados protecionistas.

Pois bem, vejamos o que tem sido a prática desta Assembleia. As informações que este Grupo Parlamentar tem solicitado de forma a poder cumprir a sua missão de escrutínio da atividade da Câmara Municipal, no cumprimento da lei, têm sido em geral sonegadas. Assiste-se a um passa culpas da mesa da Assembleia Municipal e da Câmara

Municipal sobre quem falha na prestação dessa informação. Pergunto pois se é este o respeito pelo 25 de abril, e pelo regime democrático conseguido em 1975? Na última reunião da Assembleia Municipal ficou assumido o compromisso de envio das propostas dos bancos respeitantes ao empréstimo para reparar os buracos de algumas estradas no valor de 930 mil euros. Onde estão essas propostas? Não chegaram, uma vez mais. Não se respeita a democracia mas celebram-na. Conceção estranha esta que os Senhores têm sobre as instituições.

E sobre este assunto dos buracos, pergunto se o Tribunal de Contas já se pronunciou sobre o empréstimo, e se sim, solicito que seja divulgada essa pronúncia. Ouvi também com atenção o Senhor Presidente de Câmara informar que nos próximos dias iniciar-se-ão essas obras de reparação não dos troços degradados, mas sim dos mais degradados. Senhor Presidente, o concurso público já foi lançado? Ou irão proceder a ajuste direto?

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, regresso ao seu discurso, ao centralismo e ao menor número de votos do interior. Focando nesta Câmara, como sabe, o PSD ganhou de forma clara e expressiva as eleições para a Assembleia Municipal em 2021. Ora, mas nem assim é respeitado. Não lhe é distribuída a informação a que já me referi mesmo agora, como também não é respeitado quando uma certidão ou extrato de ata beneficia de forma clara e escandalosa um partido político, o seu. A certidão ou extrato de ata, respeitante ao assunto da desagregação da União de Freguesias é escandaloso e é desrespeitoso para com toda esta Câmara. Recordo que a decisão foi tomada por unanimidade. Na reunião, e tal como consta em ata, todos os Grupos Parlamentares fizeram as suas intervenções e no extrato de ata consta apenas a posição do PS, numa alegada declaração de voto. Isso é inaceitável, e faz-nos ter dúvidas sobre o conteúdo dos restantes extratos de ata ao longo destes 4 anos de mandato. E que de resto lhe solicitámos mas, uma vez mais, não merecemos qualquer resposta nem o envio.

Senhor Presidente, como tive oportunidade de lhe explicar por email, uma certidão tem de ser fiel à Ata mãe, pelo que se estranha que a certidão contenha uma declaração de voto. Essa declaração de voto é, naturalmente do seu partido. É certo que aqui convive-se mal com as atas e extratos de ata. Algumas até são respeitantes a outros assuntos e ninguém repara. Outras são corrigidas em direto, no decorrer da própria reunião da Assembleia Municipal, como se recorda. Eventualmente até provoca substituição de protagonistas na elaboração das atas. Mas que raio, há limites para a tolerância.

Não se aceita, portanto, esse extrato de ata pelas razões que irei expor:

1 - Uma declaração de voto deve ser entregue quando o sentido de voto é contrário à proposta em votação. Sendo a proposta a desagregação da União de Freguesias, e tendo sido aprovada por unanimidade, com a fundamentação constante em ata de todos os Grupos Parlamentares, não se vislumbra nenhuma razão para a existência de uma declaração de voto de um partido individualmente, claro do PS;

2- Mesmo que houvesse Declaração de Voto, que não deveria haver, a mesma deveria ser apensa à Ata, e não integrante do corpo da Declaração;

3- Se se considera declaração de voto apenas porque um deputado diz que é uma declaração de voto, todas as outras intervenções dos diversos deputados também devem ser consideradas como tal, isto é, declarações de voto;

4- No limite, apenas se entenderia que o extrato contivesse todas as pronúncias de todos os Grupos Parlamentares que constam na Ata nº8 de 13 / Dez / 2022.

Pelo exposto, solicita-se a substituição imediata desta certidão e respetiva correção. Recordo aliás que não foi essa redação que foi aprovada em minuta, mas sim na sua forma genérica por não estar escrita nem proposta aquando da votação e, portanto, teria de ser a forma global, vertendo com rigor todas as declarações feitas sobre este assunto. Ou, em alternativa, a versão simples indicando que a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade.

O Grupo Parlamentar do PDS fica a aguardar a rápida substituição dessa certidão, e o envio de cópia da nova redação. Aliás, seria um excelente princípio que todos os extratos de ata fossem dados a conhecer a todos os Grupos Parlamentares. Afinal de contas, aqui Abril é apenas uma data para celebrar. Não para cumprir.

Disse.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria Silvério Quelhas (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Muito bom dia a todos os presentes. Trago aqui dois pontos. Ambos são relativos à rádio Caria.

Primeiro ponto: qual a tomada de posição da Câmara Municipal amanhã dia trinta, na Assembleia de Credores acerca da rádio Caria.

Segundo ponto: que medida está a tomar o ex-Presidente da Associação Cultural e Recreativa de Caria, Senhor Luís António, para que a Rádio Caria não seja extinta visto que foi ele o responsável enquanto Presidente da Associação. Como disse o Senhor Carlos Afonso na reunião de Vereadores, custa assim tanto admitir que errou.

Terminada.”

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Vou começar por um muro na Rua Centum Celas em Colmeal da Torre, por causa da chuva ele caiu, quero perguntar se já há diligências, para reconstrução/reposição do referido muro.

Nas festas do concelho, fizemos ou fizeram, homenagem a algumas individualidades, algumas em minha opinião bem, outras discutíveis. Mas esqueceram-se de uma muito importante, a Torre Sociedade de Confeções em Colmeal da Torre, está

a laborar há 50 anos, feitos no mês passado, já deu e dá emprego a muita gente, a maior empresa do concelho, uma das maiores empresas do distrito, e esqueceram-se de homenagear a referida fábrica, pelos seus 50 anos de existência. Pergunto, se o motivo foi esquecimento? porque não se aceita que uma empresa que deu e dá, emprego durante 50 anos, valorizou, e valoriza o concelho, o distrito e Portugal, não seja homenageada pelos seus 50 anos de atividade, nestas festas do concelho, em minha opinião erradamente e com políticas erradas.”

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, as Senhoras e Senhores Deputados, o Executivo da Câmara Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Colaboradores do Município, Órgãos de Comunicação Social, os Concidãos e Público que assistem a esta reunião, e muito especialmente a todos aqueles gostariam de estar a assistir a esta Assembleia Municipal através dos meios audiovisuais, mas não podem porque o PS de Belmonte não quer.

Ponto nº1 -Senhor Vice-Presidente, Belmonte celebrou as festividades do feriado concelhio nos últimos dias sendo esse um período que deviria ser de festejo, de felicidade, de orgulho para a nossa população. Contudo o sentimento geral do nosso povo, apesar do barulho dos foguetes, permanece sem esboçar o sorriso da satisfação do orgulho e da congratulação.

No meio deste turbilhão festivo ouvem-se os concidadãos e os visitantes queixarem-se do estado lastimável das nossas estradas, das frequentes ruturas dos sistemas de água canalizada, pelo estado de abandono que se verificam em muitas infraestruturas essenciais para o bem-estar da população. Para além do mau estado do que temos, nota-se diariamente a falta do que não temos. A ciclovia, a piscina coberta, a praia fluvial, a falta de captação de investimento privado e a criação de emprego de valor acrescentado.

Para onde foi o dinheiro dos nossos impostos pergunta o povo?

A única coisa que se vê são dívidas, esbanjamento de recursos, e um passivo excessivo sem que se veja obra feita e o concelho cuidado.

Perante estas interrogações fiz uma breve observação aos contratos que foram adjudicados pelo Município e que se encontram no portal base-gov.

Nos últimos 8 anos foram contratualizados de uma forma resumida os seguintes contratos, e enquadrados apenas nestes tópicos:

<i>SERVIÇOS CONSULTODORIA/PROJ E ESTUDOS</i>	<i>2</i>	<i>539250</i>
<i>MATERIAL DE OFERTAS E PROMOÇÃO</i>	<i>3</i>	<i>305564</i>
<i>TAPAR BURACOS NAS ESTRADAS</i>	<i>4</i>	<i>242600</i>

PROJETOS DE OBRAS EST E SERV TECNICOS NÃO CONCRETIZADOS	5	133000
LIMPEZAS FOSSAS	6	49900

Só estes contratos totalizam 1.270 Mil Euros. Repito. Só estes contratos totalizam 1.270€

Caros Municípes, o Município já anunciou, e já aprovou a contratação de um empréstimo de 930 mil euros para reparação de algumas estradas, empréstimo esse contratado a 20 anos, sem que nos fosse dado a conhecer o serviço da dívida do mesmo.

Este empréstimo vai ter um custo aproximado ao fim de 20 anos de 1.6M€.

Resumindo, o Município não consegue por intermédio de receitas próprias assegurar a concretização de obras de manutenção e recuperação de estradas.

O PS de Belmonte fruto desta gestão danosa nos últimos anos canalizou recursos públicos de valores muito consideráveis para nada que tenha impacto na vida dos Municípes. Nada, mesmo.

É este o cenário com quem o PS se vai apresentar às próximas eleições. O cenário do despesismo e da cultura do desleixo e ausência de rigor na aplicação dos recursos públicos. Questiono por isso quem se posiciona para solicitar a renovação da confiança do povo para um novo mandato. O Senhor Vice-Presidente da Câmara de Belmonte.

Qual é a mensagem que vai transmitir ao povo, sabendo que é também da sua responsabilidade a atual situação do concelho?

Qual será o motivo que vai invocar para que o povo lhe dê um novo voto de confiança nas próximas eleições?

Com toda a sinceridade, sente o Senhor Vice-Presidente orgulho na governação da qual é corresponsável neste último mandato?"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e aludiu que o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tinha feito insinuações que pareciam quase verdades absolutas. Contudo e com o devido respeito, sem querer ofender, pois não era o caso, acreditava que o Senhor Deputado escrevesse os discursos ou as intervenções que fazia na Assembleia Municipal, mas parecia-lhe que não lia os documentos que lhe iam chegando.

Asseverou que lhe parecia que não tinha lido a ata onde estava essa Declaração de Voto, nem o Regimento da Assembleia Municipal que já durava há quase quatro anos, porque se o tivesse feito não tinha escrito o que escreveu.

Aludiu que o Senhor Deputado tinha de respeitar os pareceres jurídicos. Questionando-o de seguida se achava que estava acima disso.

Frisou que ele próprio não tinha a certeza das coisas, pelo que pedia pareceres jurídicos, pois sabia bem que não estava acima de tudo e de todos. Por isso tinha lhe parecido que o Senhor Deputado não estava de boa-fé.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que não admitia que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, lhe dissesse que não estava de boa-fé.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, retomou a palavra e aludiu que o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), deveria esperar pelo parecer jurídico.

Seguidamente passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que estava solidário com as intervenções dos Senhor Deputado Luís António (PS) e da Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU).

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), e relativamente ao compromisso de envio das propostas dos bancos respeitantes ao empréstimo para reparar os buracos de algumas estradas, informou que as mesmas iriam ser enviadas no dia seguinte. Frisou que não entendida o porquê de ainda não as terem facultado, mas se os serviços não respondiam, ele não tinha culpa. Todavia pedia desculpa, sendo que as mesmas iriam ser remetidas no dia seguinte, conforme as indicações hoje dadas na Sessão.

Asseverou que não gostava nada quando o Senhor Deputado António Marques, dizia que as intervenções que o Município iria fazer nas estradas de um milhão de euros era para tapar os buracos das estradas, pois essa afirmação não correspondia à verdade, uma vez que o que iria ser feito era a colocação de pisos novos. Referiu que como dizia o Senhor Engenheiro os pisos não iriam durar vinte anos, mas ainda iriam durar alguns anos.

Aludiu que apesar de se brincar com as receitas próprias da Câmara, estas receitas eram próprias de uma Câmara que tinha uma área com seis mil e duzentos habitantes, logo as receitas próprias eram reduzidas. Todavia, se o Governo/Estado, não lhes fazia chegar verbas para resolverem os problemas, pois como era do conhecimento de todos a União Europeia tinha decidido que não haveria mais dinheiro para as estradas em Portugal, o que no seu ponto de vista era um pouco ridículo, uma vez que nós estávamos no interior do país e que ficávamos prejudicados.

Deu nota que os Municípios eram obrigados pelo Governos, julgando até ter sido o Partido Socialista a transformar as estradas nacionais em estradas municipais.

Informou que se tinha deslocado às Infraestruturas de Portugal, e que tinha vindo como foi “sem nada”. Aludiu que tinha ficado com a sensação e que se calhar de forma injusta para com as pessoas que o tinham recebido, que não conheciam a realidade das estradas do concelho de Belmonte, sendo que não haveria apoios. Contudo tinham referenciado que iriam estudar o caso. Mas há quanto tempo é que andavam a estudar?

Aludiu que também lhe tinham referenciado que iriam pressionar as empresas para pagarem as indemnizações a que a Câmara tinha direito. Contudo ainda não tinham voltado a dizer mais nada, pelo que iria voltar a insistir até resolverem o problema.

Deu conhecimento que não iriam fazer um ajusto direto, pois não era legal nem possível, pelo que iriam fazer um contrato.

Em relação ao Tribunal de Contas, referiu que estava tudo resolvido. Mencionou que no dia de hoje esperava abrir o concurso e enviar a documentação para o Tribunal de Contas, uma vez que este também tinha de ser apresentado.

Relativamente ao e-mail enviado pelo Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aludiu que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, lhe tinha remetido esse mesmo e-mail com as reservas que a situação apresentava. O próprio achava que o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), até poderia ter razão. Contudo ele não era jurista. Mas como se tinham metido as Festas do Concelho, nem se tinha respondido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Pois o próprio tinha solicitado que o informassem para que hoje na Sessão de Assembleia Municipal tivesse uma decisão relativamente ao assunto. Logo, a culpa não era sua de o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não ter essa resposta. Todavia, esperava que esse assunto se resolvesse e que provavelmente pudesse existir um consenso entre as partes sobre a versão final da ata.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e agradeceu as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao esclarecimento do empréstimo e do contrato, pois achava que assim é que deveria ser, assim como na disponibilização da informação e da sua palavra, mas também nesta apreciação onde frisou que não tinha existido da sua parte e em momento nenhum, má-fé.

Frisou que também era sua interpretação e por isso tinha tido o cuidado de serenamente ter comunicado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e não fazendo disso gincana política, mas que a resposta não tinha sido resposta, mas sim um parecer jurídico.

Seguidamente solicitou que pudesse citar o que essa Declaração de Voto, dizia no final, depois da decisão por unanimidade “Entre 2011 e 2015 a execução do programa de austeridade do Governo do PSD e CDS, para além de subtrair meios financeiros às autarquias”, era esse o conteúdo da Declaração de Voto que estava na ata.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que esse assunto deveria ter sido discutido aquando da aprovação da ata e não agora.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, retomou a palavra e relativamente à rádio Caria informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, que o Município tinha feito um comunicado e que ficasse bem claro que quem “não se sente, não é filho de boa gente”, por isso o Município iria tomar as devidas medidas no devido local e nos devidos espaços que existem para definirem estas situações. Contudo não podia continuar a permitir que o culpado pelo encerramento da rádio Caria fosse dele, é que nem era o Executivo, era o António Rocha, o que era inadmissível. Que ficasse bem claro que o próprio não era responsável, uma vez que a Câmara Municipal, não tinha nada a ver com a manutenção ou não da rádio Caria. Existia uma Associação, que era a Associação Cultural e Recreativa de Caria, em que tinha tido o privilégio de ter sido Presidente da Assembleia Geral, há trinta anos atrás. Todavia, lamentava imenso se a rádio Caria encerrasse, mas o responsável ou era a Associação, ou as pessoas que estavam à frente dela.

Em relação à posição que a Câmara iria tomar no Tribunal na audiência de credores, aludiu que a Câmara Municipal, não tinha sequer assento na audiência, uma vez que nem era credor. Contudo iriam estar atentos ao que se iria passar na audiência.

Asseverou que estavam a desenvolver algumas démarches, depois da reunião que tinham tido ontem na Câmara Municipal, sendo que não tinha sido propriamente para falar da rádio Caria, mas para falar da Associação Cultural e Recreativa de Caria.

Prosseguiu aludindo que provavelmente o Senhor Deputado Luís António (PS), teria mais alguma coisa a dizer.

Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), e em relação à queda do muro no Colmeal da Torre, informou que o Município estava a apurar de quem era a responsabilidade da queda.

Frisou que a democracia permitia tudo, mas que se deveria ter algum cuidado. Tendo questionado quem é que era o Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), para pôr em causa as individualidades que tinham sido escolhidas pela Câmara, sendo que o mesmo deveria ter respeito pelas pessoas e pelas instituições.

Asseverou que o Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), até era funcionário da Torre Confeções, e que até sabia que ele tinha sido durante muitos anos médico da empresa. Logo tinha muito respeito e consideração pela mesma, assim como por qualquer instituição que prestasse serviço ao concelho de Belmonte.

Aludiu que a Torre Confeções, tem feito um serviço estimável. Todavia, se a mesma ainda não tinha sido homenageada, sendo que estava convicto que sim e até já tinha solicitado aos serviços para analisarem tanto a Torre Confeções, como a Grasil Confeções.

Seguidamente, referiu que segundo indicações que lhe tinham sido dadas, a Torre Confeções, já tido sido homenageada, logo o Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD),

não tinha razão nenhuma para se vir a armar em “cágado” a falar do nome da Torre Confeções.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e aludiu que “cágado” era ele, pois deveria ter respeito.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou novamente a palavra e aludiu que o Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), se colocasse no seu lugar e se quisesse que o questionasse lá fora.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), retomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Ainda em resposta ao Senhor Presidente da Câmara “ajustar contas lá fora”, disse ainda ao Senhor Presidente, se quiser ajustar contas lá fora está à vontade, lambadas, não me dá de certeza.

Neste ponto pedia ainda ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cópia do áudio desta Sessão da Assembleia Municipal.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, retomou a palavra e informou o Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), que este tinha colocado as questões ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. Contudo não conseguia resistir sem lhe responder. Podiam ter interpretações diferentes do tipo de projetos implementados, dos aprovados, dos apoiados e dos que não apoiavam. Contudo existiam critérios.

Asseverou que as receitas eram tão “apertadas” que existiam situações que tinham que ficar para trás para que outras pudessem avançar.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e mencionou que era com alguma apreensão que verificava que passado quase três anos, tendo até já sido aprovada a ata na Sessão de Assembleia Municipal, e que até em termos jurídicos tinha transitado em julgado, viesse agora alguém por em causa essa ata, sendo que a mesma estava em conformidade com o Artigo 33.º do Regimento da Assembleia Municipal em vigor. Seguidamente passou a ler o artigo o qual se transcreve.

“Cada membro da assembleia tem direito a fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação.”

Seguidamente referiu que não sabia para onde é que tinha ido a Certidão, se tinha ido para instruir o processo da desagregação das freguesias. Contudo, a mesma tinha passado por vários juristas e várias comissões para a aprovação da desagregação. Frisou que o valor da Certidão era feito por quem a recebia, e não por quem dizia que estava mal, pois se estivesse mal a Certidão tinha sido devolvida para retificação. Logo a mesma tinha sido dada como validada onde foi apresentada. Lamentou o facto de

passado três anos se venha pôr em causa o teor da Certidão, a qual estava em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal.

Posteriormente questionou se queriam voltar atrás com a desagregação das freguesias e se queriam impugnar o processo, dando nota que a Certidão que tinha sido enviada não estava em conformidade. Questionando novamente se era isso que queriam fazer.

Outra situação que queria deixar esclarecida era relativamente à Associação Cultural e Recreativa de Caria que tinha uma valência de rádio. Mencionou que essa rádio já existia há quarenta anos e que tinha órgãos sociais, sendo que o próprio tinha sido o penúltimo presidente.

Asseverou que quando foi assumida esta situação da rádio Caria, tinha sido realizada uma Assembleia Geral, em que os sócios tinham deliberado em conformidade com esta decisão que foi tomada de que a rádio continuava a ser gerida durante um ano por quem tinha tomado conta dela. Efetivamente tinha existido uma divergência com os funcionários o que tinha levado a esta situação, que era de total responsabilidade de quem tinha assumido a gestão da rádio. Portanto quem respondia por este litígio com os funcionários era a atual direção.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria Silvério Quelhas (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que o Senhor Deputado Luís António (PS), nunca tinha defendido nem os funcionários, nem a rádio Caria

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e informou que tinha sido convidado para ser testemunha da Associação Cultural e Recreativa de Caria, ao contrário do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, que tinha sido testemunha dos funcionários. Todavia, o próprio nunca tinha sido convocado.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra referiu que gostava de fazer um pequeno esclarecimento pelo facto de na sua intervenção se ter dirigido ao Senhor Vice-Presidente da Câmara e não ao Senhor Presidente da Câmara, pois não tinha sido por falta de respeito para com o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que o mesmo lhe merecia o máximo de respeito. Podia ter divergências com o mesmo como Presidente de Câmara, mas como pessoa não, pois já o conhecia desde que tinha nascido e por isso lhe tinha o máximo de respeito.

Asseverou que se tinha dirigido ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, porque neste momento era a pessoa que se perfilava para acompanhar o candidato do PS à Câmara Municipal de Belmonte e que teria de ser ele que iria responder à população durante a campanha, porque é que as coisas estavam como estão.

Relativamente aos valores que tinha elencado na sua intervenção referentes aos contratos feitos nos últimos oito anos pela Câmara Municipal, tinha totalizado o valor

que o Município se propunha neste momento contratualizar no empréstimo para arranjar aquilo que não tinha sido capaz de arranjar. Pois esse era o problema e que a população também falava. Aludiu que não se estava a ligar às publicações da rádio Caria. A população é que achava que tinha existido dinheiro utilizado para outras coisas que não tinham benefício para a população e que agora eram obrigados a pagarem um empréstimo durante vinte anos que que iria ter um custo abismal. Frisou que tinha feito a simulação e que a mesma dava cerca de um milhão e seiscentos mil euros, valor esse que todos eles sabiam e conforme tinha sido discutido na última Sessão da Assembleia Municipal, não seria suficiente para reparar as estradas. Pelo que agradecia os esclarecimentos do Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e referiu que tinham um mandato para acabar e que provavelmente seria em outubro, pelo que esperavam fazer todos os possíveis para que esse mandato acabasse da melhor forma possível. Relembrou que se tinha passado por um momento complicado, pois este Executivo tinha iniciado em tempo final do COVID, com todos os problemas que estavam associados a essa situação,

Aludiu que aquilo que tinha acontecido ontem (apagão) tinha feito lembrar que por vezes havia coisas que aconteciam sem ninguém estar preparado para elas e que a Câmara Municipal de Belmonte, também não estava preparada para isso, assim como o país e o mundo.

Deu nota, que se teve de lutar contra muitas coisas e que se tinha investido milhares de euros à espera de que fossem reembolsados/pagos pelo Governo, sendo que esse dinheiro nunca tinha chegado pois tinham gasto centenas de milhares de euros em máscaras e etc., ou seja em tudo o que tinha sido necessário, pelo que o Município não se tinha “cortado” em nada.

Frisou que a Câmara Municipal tinha poucas receitas próprias e que vivia de esmola daquilo que vinha do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) ao contrário das outras Câmaras.

Asseverou que o Município tem feito um esforço para as obras das estradas entre outras.

Para terminar, mencionou que nunca estavam satisfeitos, por isso iriam trabalhar até ao último dia do mandato.

3.1 - Apreciação e votação da ata da Sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal, propunham alguma alteração à ata da Sessão anterior

Não havendo alterações à ata da Sessão anterior, passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **16** votos a favor, da Bancada do PS (9), da Bancada da PPD/PSD (6) e da Bancada da CDU (1) e **3** abstenções, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo (PS), do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas (PPD/PSD) e da Senhora Deputada Telma Alexandra Nave Neves de Matos (PPD/PSD), por não terem estado presentes na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 27 de fevereiro de 2025.*

3.2 - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e relativamente ao ponto 3 “Habitação/Planeamento” da informação do Presidente da Câmara sobre a atividade Municipal, aludiu que estava referido nesse ponto que “está em fase de lançamento o procedimento que visa a adjudicação do projeto de arquitetura e projetos das especialidades da construção dos trinta fogos na Vila de Belmonte.

Em relação a esta situação, já foram recebidos 25% da empreitada (1.207.204,24)”, perante o exposto solicitava um esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à construção dos trinta fogos, pelo valor de 25%, sendo que se deduzia que o valor total da obra fosse de quatro milhões oitocentos e vinte e oito, o que dava uma média pelos trinta fogos de cerca de cento e sessenta mil euros, sendo que havia um valor recebido de 1.207.204,24, pelo que gostaria de saber se este valor já estava creditado na conta do Município, e se iria aguardar a finalização ou o início das obras para ser pago.

Quanto ao ponto 5 “Outros investimentos já concluídos ou em curso” e relativamente ao financiamento do empréstimo para a “repavimentação da Estrada Municipal desde o Ginjal à Ponte de São Sebastião e Estradas Municipais de acesso a Inguias e Colmeal da Torre, um investimento que envolve cerca de 930.000,00€ está concluído, vai ser lançado concurso no próximo dia 28 de abril.”, questionou se este empréstimo já tinha sido aprovado ou não?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e esclareceu o Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), que relativamente ao empréstimo o mesmo já estava aprovado, sendo que ainda se ia fazer hoje a abertura do concurso.

Em relação aos trinta fogos na vila de Belmonte, aludiu que os mesmos estavam em fase de conclusão e com a aprovação do IHRU.

Frisou ainda que o IHRU já lhes tinha enviado o que estava previsto na legislação, que eram os 25% do valor da obra total e que eram os tais 1.207.204,24.

Informou também que estavam a finalizar pequenas alterações que o IHRU lhes tinha solicitado, para poderem avançar com o concurso.

Asseverou que o processo de Caria era diferente, mas que também estava a avançar.

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Tenho em conta a informação do Presidente e findo o primeiro trimestre do ano, qual o nível de execução do plano de ação definido para 2025?

Aproveitar a oportunidade para referir que a transparência é um dos pilares fundamentais da democracia.

No contexto municipal ela é crucial pois é ao nível local que os municípios têm contato direto com a gestão pública.

A qualidade da democracia, a confiança nas organizações e a eficácia da gestão dependem grandemente da clareza com que as autarquias prestam contas aos municípios.

Não é aceitável que nos dias de Hoje no nosso concelho, a informação sobre a atividade municipal chegue fragmentada e de difícil acesso aos municípios abrindo caminho à desinformação que chega por via das redes sociais.

A transparência é a melhor defesa contra a desconfiança e o afastamento cívico.”

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Em tempos falou-se aqui nesta Assembleia, que os habitantes que não pagassem a água o contadores iriam ser cortados. Pergunto, se este assunto está normalizado, se cortaram alguns contadores, ou se está estabilizado. Pedia um ponto de situação sobre esta matéria.

Tivemos recentemente aqui no concelho uma prova de ciclismo (o Jogo) onde foram gastos 30 mil euros, na minha opinião valor excessivo, nós não temos condições financeiras, para dar um valor tao alto para passar aqui no concelho a referida prova.

Para terminar, saiu recentemente nos órgãos de comunicação social, sobre metros de terreno pagos pela Câmara, no futuro Parque Empresarial, que não estão

corretos. Pergunto ao Executivo, se pode esclarecer o que realmente se passou, o que, realmente é verdade, em suma, desse um ponto de situação sobre o Parque Empresarial de Maçainhas, dos metros que lá foram comprados.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Quanto à CDU, parece-nos que algumas notícias vindas a público exigem um cabal esclarecimento público do Município e do seu Presidente, pois consideramos que o comunicado emitido pela autarquia foi insuficiente, em relação às notícias vindas a público.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou a Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), que as obras estavam a decorrer.

Seguidamente fez o ponto de situação de algumas dessas obras:

- As obras no castelo de Belmonte iriam iniciar;*
- A recuperação do Parque de São Tiago estava a decorrer;*
- As obras das estradas iriam iniciar;*
- O jardim de Caria em princípio estaria concluído no dia 19 de maio;*
- Os obras da estrada de Malpique estavam a finalizar;*
- A iluminação da Câmara estava concluída;*
- As obras na rua dos bombeiros iriam iniciar.*

Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), referiu que o Município não pretendia cortar a água a ninguém.

Asseverou que aproveitava a presença da comunicação social para fazer um apelo aos nossos habitantes de que a água tinha de ser paga, pois têm existido algumas cobranças coercivas.

Em relação ao ciclismo, frisou que quem mandava era o Executivo, pois o povo assim o tinha decidido.

Lamentou o facto de o Senhor Deputado não gostar de ciclismo, pois tinha a ideia de que a grande maioria da população gostava.

No que concerne ao Parque Industrial, referiu que como diziam no comunicado, iriam responder no momento próprio às questões postas.

À Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), informou que o comunicado era o que era, sendo que o processo iria continuar.

3.3- Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão – Resultados 2024 – Para Conhecimento

Os Membros da Assembleia Municipal de Belmonte, tomaram conhecimento dos Resultados de 2024 do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão.

3.4- Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência 2024 da EMPDS - Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 22 de abril de 2025, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“1.) EMPDS – EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, EM – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA 2024

Foi presente o “Relatório de Gestão & Documentos de Prestação de Contas” referentes ao ano de 2024, bem como o “Relatório e Parecer do Fiscal Único” e a “Certificação Legal das Contas da EMPDS Belmonte, E.M., nos termos das alíneas j) do n.º 6 do artigo 25º e d) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31/08. Atendendo a que, nos termos da al. e) do artigo 9º dos Estatutos da EMPDS Belmonte, EM, incumbe à Câmara Municipal, aprovar “o relatório do Conselho de Administração, as contas do exercício e a proposta de aplicação dos resultados, bem como o parecer do fiscal único.”

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e apresentou a seguinte Declaração de voto:

“Declaração de voto

Depois de analisar o relatório de prestação de contas da EMPDS conclui: que este mostra que esta empresa não é viável, gerida dos moldes que tem sido até hoje, esta

apresenta, mais uma vez resultados negativos, no valor de 65.310,41 euros em relação ao ano anterior, as receitas são inferiores em todos os itens.

O grosso das despesas é referente a salários e concelho de administração, no valor de 347. 476,44 euros. As receitas não cobrem as despesas. Para isso considero que há vários motivos, degradação dos espaços museológicos, falta de novos conteúdos, falta de inovação da receção dos visitantes. Deixo a sugestão de repensar esta empresa que continua a ser um peso, mas que presta serviços á comunidade, é necessário inovar e repensar esta estrutura.

Em relação ao relatório apresentado, ele está bem apresentado e vem acompanhado de relatório da entidade externa que lhe dá suporte e legitima. Está em conformidade com as regras contabilistas, mas como é de conhecimento público a minha posição de sempre, contra esta estrutura, a minha votação fica pela abstenção.”

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, José Mariano, tomou a palavra, para informar que iria votar favoravelmente com a condição de se rever a situação de funcionamento da EMPDS Belmonte, EM.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou, com os votos favoráveis do Senhor Presidente, Vice-Presidente, Vereador José Mariano e com a abstenção do Senhor Vereador Carlos Afonso, nos termos do artigo 16º e para os efeitos constantes do artigo 44º do RJAEL, aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2024, bem como submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 22 de abril de 2025. -----

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Começo esta intervenção lamentando, desde já, a falta da entrega do Relatório de Gestão de 2024 da EMPDS por parte do Município. É problemático e pouco transparente termos que basear a nossa análise numa certidão de uma reunião de Câmara e naquilo que consta que alguém disse, em vez de termos acesso direto e completo ao documento fundamental que detalha a gestão e as contas da empresa. Esta

falha inicial já demonstra uma falta de rigor, que esta bancada já aqui evidenciou mais do que uma vez, que não augura nada de bom.

Ainda assim, com a informação disponível, estamos aqui, mais uma vez, a analisar as contas da EMPDS. E, mais uma vez, o cenário é desolador. Não podemos continuar a tratar a situação financeira desta Empresa Municipal como uma mera formalidade anual. O que os números nos mostram, ano após ano, e culminando nos resultados de 2024, é uma trajetória de declínio financeiro insustentável que clama por uma intervenção séria e imediata.

Os dados de 2024 são alarmantes: um prejuízo superior a 65 mil euros e, o que é ainda mais grave, um capital próprio negativo, que nos diz que a empresa está tecnicamente falida, devendo mais do que aquilo que possui. Mas que ninguém se iluda: isto não é uma surpresa desagradável de última hora. É o culminar de uma tendência, de um "evoluir ao longo destes anos" que tem sido consistentemente negativo. Aliás, a nossa bancada tem vindo sistematicamente, ano após ano, a fazer avisos e referências nesta Assembleia sobre esta grave situação. Que não se esqueça que no ano anterior, a EMPDS só não apresentou resultados negativos porque houve uma injeção de capital por parte do município! Sem esse apoio artificial, a realidade contabilística seria clara: pelas regras, a Empresa já teria que ter sido dissolvida. Os nossos avisos têm sido ignorados, sem quaisquer resultados práticos em termos de darem atenção ao que dizemos, e a prova está aqui: continuamos no mau caminho!

Ano após ano, assistimos a um desequilíbrio crónico: as receitas continuam a baixar – em 2024 foram "inferiores em todos os itens" face ao ano anterior – e continuamos a ouvir desculpas e a constatar muito pouca ação concreta para reverter esta situação. Parece que ficamos à espera de um milagre, que esta receita de gestão, que está mais que provada que não funciona, vá subitamente, por obra divina, gerar resultados positivos! Entretanto, as despesas galopam, com os custos de pessoal e administração a representarem a fatia de leão, ultrapassando os 347 mil euros, tornando a situação manifestamente insustentável. Nenhuma entidade, pública ou privada, pode sobreviver neste ciclo vicioso de gerar prejuízos e acumular dívidas.

As justificações apontadas – espaços que se degradam, falta de novos conteúdos, ausência de inovação – são a face visível de uma gestão que se revela incapaz de gerar valor, de atrair receita e de controlar custos. A EMPDS, nos moldes em que tem funcionado, "não é viável" e transformou-se num "peso" financeiro para o Município e, conseqüentemente, para todos os munícipes.

A aprovação das contas de 2024, feita sob a condição de se "rever a situação de funcionamento", não pode ser apenas uma nota de rodapé. Tem de ser o ponto de partida para uma mudança radical. Chega de adiar o inevitável! É tempo de "repensar esta empresa" de forma profunda e corajosa. Temos de analisar friamente se este modelo serve eficazmente os propósitos para que foi criada ou se se tornou apenas um sorvedouro de recursos públicos.

A complacência tem de acabar. Ou encontramos um caminho viável e sustentável para a EMPDS, com uma reestruturação séria e resultados concretos, ou teremos de tomar as decisões difíceis que se impõem para estancar esta sangria financeira. O futuro dos recursos municipais e a credibilidade da nossa gestão exigem-no.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Relatório e Conta de Gerência 2024 da EMPDS - Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **1** voto contra da Bancada da CDU, **8** abstenções da Bancada do PPD/PSD e **10** votos a favor, da Bancada do PS, pelo que o “Relatório e Conta de Gerência 2024 da EMPDS - Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação.”*

3.5- Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência 2024 do Município de Belmonte

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----CERTIDÃO-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 22 de abril de 2025, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“2.) MUNICÍPIO DE BELMONTE – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA 2024

Foi presente à reunião de Câmara, o Relatório de Gestão e Conta de Gerência referente ao ano de 2024, sobre o qual foram tecidas algumas considerações e prestados alguns esclarecimentos sobre a referida conta.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de voto:

“Declaração de voto

Relatório e Conta de Gerência do ano de 2024.

Este relatório faz uma apresentação das atividades deste município no ano 2024, onde podemos ver, o trabalho desenvolvido ao longo do ano. Mostra um conjunto de obras, em particular no setor da habitação, onde se prevê iniciar neste ano de 2025 a construção a custo zero, de 45 fogos, para pôr no mercado, com renda a custo controlado, no valor de 6 milhões de euros. Algo interessante e necessário para fazer face à falta de habitação no concelho, este financiamento já garantido, estando ainda previsto mais 8 milhões, estes ainda não garantidos e não serão a custo zero, 50 fogos a localizar em Caria.

Também é visível a diminuição da dívida que neste momento ronda os nove milhões de euros, assim como a subida dos juros. Assim como a receita no ano de 2024 teve um aumento de mais um milhão de euros.

Esta gestão peca por não conseguir fazer uma rentabilização dos recursos humanos, peça fundamental para uma boa gestão e um melhor serviço prestada aos munícipes, os salários tiveram uma subida de 200 mil euros, onde não se nota o retorno, do investimento que o município faz, nesta rubrica pessoal que absorve 3.179.938,00 euros.”

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou, com os votos favoráveis do Senhor Presidente, Vice-Presidente, Vereador José Mariano e a abstenção do Senhor Vereador Carlos Afonso, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 76º da Lei 73/2013, aprovar os documentos do Relatório de Gestão e Conta de Gerência 2024, bem como submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 22 de abril de 2025.” -----

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Exmos. Senhores Autarcas

Exmos. Senhores Munícipes

Exmª. Comunicação Social

Cabe a esta Assembleia Municipal analisar e votar as contas de gerência do município referentes à gestão municipal do exercício de 2024.

Mais uma vez lamentamos o fato de um documento tão vasto e tão importante e merecedor da especial atenção dos Exmos. Deputados Municipais nos seja apresentado com a antecedência unicamente de um dia útil. Responsáveis como somos e por respeito de quem em nós confiou para esta missão, resta-nos abnegadamente fazer um esforço para procedermos a uma criteriosa análise dos documentos. No entanto, fica-nos no subconsciente a ideia de que esta reiterada prática de entregar tardiamente os documentos, terá por finalidade dificultar a sua análise, ou então, plagiando alguém, direi: «isto é gozar com quem trabalha»

Passando agora à análise do Relatório de Gestão. O documento na sua introdução faz um enquadramento macroeconómico da situação do país, no qual salienta o bom desempenho a nível nacional, da economia, da inflação, das exportações, do alívio das condições financeiras, da redução das taxas de juros e da variação do PIB.

Depreende-se deste enquadramento macroeconómico, aliás bem real, que a gestão do governo foi eficiente e eficaz, o que contraria a voz da oposição.

Pese embora esta favorável exaustiva análise macroeconómica do país, a análise macroeconómica da gestão municipal, não seguiu os mesmos passos, limitando-se a salientar a conclusão de projetos financiadas pelos programas 2020 e PRR ou o início de processos conducentes à aprovação de financiamentos, justificando-se a ausência de lançamento de projetos devido ao aumento dos preços de construção e à falta de mão-de-obra. Desculpa talvez, para a falta de capacidade financeira do Município para suportar os projetos.

São depois elencadas várias realizações de pequena monta nos vários setores de atividade, como por exemplo na educação, no património histórico e cultural, na requalificação urbana, na habitação, no turismo ou na ação social.

Porém, a realidade aos olhos dos munícipes é bem diferente e lamento mais uma vez ter que elencar várias situações que estão à vista não só dos nossos munícipes, mas também de quem nos visita.

A realidade não corresponde efetivamente ao cuidado texto que nos é apresentado.

As nossas estradas municipais continuam degradadas e sem condições para nelas circular em segurança.

Ruas urbanas com buracos nos pavimentos, calçadas arrancadas, passeios irregulares, drenagens deficitárias, passeios ocupados com sinais de trânsito ou explanadas que só ocasionalmente funcionam.

Iluminação da encosta do castelo sem reparação continuando refúgio noturno de atos não recomendáveis.

Fonte com queda de água no parque Antonio Guterres inativa por falta de conservação ou reparação.

Rotunda da Escola Pedro Alvares Cabal sem conservação ou reparação, há muito sem água e dificultando o trânsito na vila.

Parque radical da Pedreira, roubado, danificado e abandonado, contribuindo para que as várias centenas de praticantes que o visitam façam um mau juízo do nosso concelho.

Monumento alusivo aos descobrimentos na praça das artes, que pese embora o seu custo nunca funcionou convenientemente

Museus municipais cujo conteúdo há muito não é atualizado, reconvertido ou reparado.

Instalações de higiene e sanitárias para residentes ou para quem nos visita, deficientes ou inexistentes, não existindo mesmo casa de banho para deficientes.

Ligação condigna à autoestrada adiada eternamente.

Passemos então a uma breve análise das contas do Município.

Relativamente à demonstração de resultados salientamos o seguinte:

Os custos com pessoal continuam a aumentar, tendo-se registado um acréscimo de cerca de duzentos e doze mil euros.

Os fornecimentos e serviços externos tiveram um crescimento de cerca de seiscentos e trinta e dois mil euros, sem que tenha havido um aumento correspondente dos serviços prestados pelo Município.

Houve um aumento na rubrica «Outros Gastos» no montante de duzentos e vinte e cinco mil euros.

Estes três valores somados ultrapassam o montante do aumento do valor recebido pelo município na rubrica «Subsídios Correntes».

O valor do Resultado do Exercício cifra-se em um milhão cento e vinte e dois mil cento e onze euros e quarenta e sete cêntimos de prejuízo, o que vem sendo recorrente e reflete a incapacidade da gestão em equilibrar o valor da receita e da despesa. Não fora a contribuição do valor das amortizações no montante de cerca de um milhão e seiscentos mil euros que é um custo não sendo uma despesa, e a tesouraria estaria deveras comprometida.

Relativamente ao Balanço, regista-se que para um Ativo Corrente de cerca de um milhão novecentos e vinte e seis mil euros, o Passivo Corrente cifra-se em dois milhões trezentos e oitenta e sete mil euros, pelo que continuará o município ter dificuldades em solver atempadamente os seus compromissos financeiros.

Esta análise leva-nos para o mapa «Empréstimos» de onde nos permitimos salientar:

O Valor dos empréstimos em 1 de janeiro de 2024 era de cerca de dois milhões oitocentos e setenta e três mil euros, sendo que em 31 de dezembro era de dois milhões seiscentos e dezasseis mil euros, o que parece à primeira vista ter havido uma redução dos empréstimos de cerca de duzentos e cinquenta e sete mil euros, o que não reflete a

realidade, uma vez que o empréstimo de quinhentos mil euros de apoio à tesouraria só aparecerá em 2025.

Por outro lado, sendo os encargos com a amortização da dívida de cerca de setecentos e sessenta mil euros anuais, não nos esqueçamos do financiamento aprovado em 2025 de novecentos e trinta mil euros, o que irá portanto aumentar o endividamento do Município em 2025.

Convenhamos que para um mandato de quatro anos, que culmina um período de doze anos com os mesmos gestores municipais deixará certamente desiludidos os cidadãos deste concelho.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Estas são as últimas contas apresentadas por este executivo num mandato que está prestes a terminar, após mais um ciclo de 12 anos de gestão do PS.

Nem tudo foi negativo, nem tudo foi positivo.

Negativo é, por exemplo, recebermos as contas apenas com três dias de antecedência para análise.

Negativo, é quando a documentação enviada não é acompanhada pelo relatório do revisor oficial de contas.

Negativo é verificar que passados diversos mandatos há muitos problemas estruturais que continuam por resolver em muitas áreas: no desenvolvimento económico e social; nas infraestruturas; na água, saneamento e resíduos, na educação, nas acessibilidades e na mobilidade, na habitação, na cultura, e há opções políticas que perduram no tempo e custam muito caro às populações e ao município, como é o caso, para não ir mais atrás, da aceitação de transferências, ou melhor de responsabilidades e encargos, na área da educação, saúde e da ação social.

Sobre a execução orçamental, convém recordar que partimos de um orçamento inicial de 17 milhões, ficando-se pelos 13 milhões após as alterações efetuadas, verificando-se ainda assim que o executado ficou bastante abaixo, quer em termos de receitas que registaram 11 milhões e 553 mil euros, quer na despesa, com de 11 milhões e 407 mil euros.

Uma vez mais, o muito que foi prometido ficou uma vez mais por concretizar. A taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos de 59,30%, embora que superior a 2023, fica muito abaixo do que foi prometido e apregoado e do que se exige, com investimento e obras que são essenciais com taxas de execução de 16%, como é o caso da rede viária; com caminhos rurais com zero euros de investimento; com a reabilitação espaços públicos a ficar em zero euros; beneficiação rede domiciliária de água com 58%; aquisição de contadores – 12%...; investimentos na cultura – zero euros; no desporto e lazer, uns irrisórios 22%.

O resultado líquido melhorou, mas manteve-se em zona vermelha, registando um valor negativo de 1 milhão e 122 mil euros, sendo que os resultados transitados negativos rondam os 30 milhões de euros, um valor muito superior ao orçamento corrigido e executado.

O passivo total reduziu 2 milhões, o que sendo positivo, não é suficiente para ignorar que este é ainda superior a 10 milhões de euros, quase equivalente ao orçamento.

No plano da valorização dos trabalhadores este foi mais um ano perdido: - não foi celebrado ACEP; não foi implementada a opção gestonária; o suplemento de penosidade e insalubridade não é pago; a formação não existiu; as instalações operacionais continuam num plano inaceitável; e precariedade continua.

No Apoio ao Associativismo, bem como no Investimento às Freguesias também não há nada de positivo a registar, sendo que neste caso, dos 50 mil orçamentados, a execução foi de pouco mais de 12 mil euros.

A empresa municipal, pese embora o apoio financeiro camarário substancial, registou uma vez mais prejuízos, como se lê na declaração de voto do vereador da CDU, Carlos Afonso, comprovando uma vez mais, na nossa opinião, a necessidade de internalizar estas atividades com salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

Por tudo isto, não acompanhámos este Orçamento, não acompanhamos a sua execução e por isso nos abstermos.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A Reunião da Câmara Municipal de 22 de Abril de 2025 deliberou a aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas referente ao ano económico de 2024.

O Relatório e Contas que votamos hoje é composto por um documento político descritivo das atividades e projetos executados e pelo relatório financeiro que merecem apreciação separada.

Naturalmente que o relatório político é diferente daquilo que é o Relatório e Contas, gostava de fazer essa diferenciação, porque o voto de um partido num documento desses não é o voto sobre se as Contas, estavam bem ou mal feitas, mas sobre as decisões políticas tomadas ao longo do ano e que têm repercussões nas Contas que são apresentadas

O Relatório Financeiro reflete capazmente a origem e aplicação de fundos, de forma transparente e inteligível, e sobre este o Partido Socialista dá o seu assentimento e manifesta o profundo respeito pelo trabalho esforçado de toda equipa envolvida.

À semelhança do que temos vindo a fazer em anos anteriores, as nossas posições sobre os documentos em discussão merecem duas vertentes de análise:

– Por um lado, de ponto de vista técnico, consideramos que a equipa que os preparou fê-lo no escrupuloso zelo pelo seu trabalho, elaborando um trabalho no

cumprimento da legalidade que dignifica o Município e que ano após ano tem sido melhorado, e exprime muito bem a situação, onde não se vislumbra qualquer apontamento e crítica materialmente relevante para não se considerar estas contas confiáveis.

Sendo esta também a opinião resultante da auditoria e da sua revisão do ROC.

– Por outro lado e de ponto de vista da análise política, os documentos apontam precisamente para aquilo já aqui referido, nomeadamente pelo Partido Socialista que coerentemente recorda o voto a favor aquando do momento da votação das Grandes Opções do Plano de que o executivo teve em implementar no orçamento proposto, materializado no Orçamento suas metas e objetivos orçamentais.

Face ao reporte que aqui apresentamos, às conclusões a que chegamos e por considerarmos que o relato financeiro apresentado está irrepreensivelmente correto, tendo obtido parecer favorável do ROC, a execução política dos números refletidos neste documento que são da total responsabilidade do Executivo em funções, merecem o nosso voto favorável, por isso a Bancada do PS vota a favor do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2024.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Eu queria fazer aqui um conjunto de pedidos de esclarecimento se for possível e peço desculpa por ser um pouco desorganizada a minha intervenção, mas é o que é.

Em primeiro lugar sobre a distribuição aqui do mapa de encargos que agradeço, é uma dúvida/desconhecimento meu e como gosto de aprender pergunto isto. O custo total deste financiamento incluindo os encargos de serviço de dívida, é de um milhão duzentos e trinta mil euros aproximadamente. O que significa, se eu tenho boa memória, foi dito aqui que a capacidade de endividamento da autarquia era de um ponto um milhões. Portanto, o serviço da dívida ultrapassa a capacidade de endividamento. A minha pergunta é se a Lei dos Compromissos, não obriga a que este valor esteja já comprometido, o que significa que se assim for ultrapassa o limite legal do financiamento. Portanto esta era uma primeira dúvida que tinha.

Depois olhando com todo o cuidado para os mapas de financiamento que foram enviados, devo dizer aqui que fica evidente eu cito o destino dos financiamentos da Câmara Municipal nos últimos anos, o primeiro, foi para expansão da Praça das Artes, o segundo, para saneamento financeiro, o terceiro saneamento financeiro, o quarto saneamento financeiro e o quinto para requalificação e valorização deste edifício dos Paços do Concelho. Portanto é esta a informação que consta aqui na tabela. Por isso os munícipes sabem para que destino foram feitos estes empréstimos. Sendo que nesta tabela fica claro que a utilização dos empréstimos é total, mas quando vamos para o mapa dos empréstimos e aqui eu precisava mesmo de ajuda, porque não consigo compreendê-los, por exemplo olhando para o primeiro, a taxa inicial-taxa atual não tem,

o capital utilizado de doze mil seiscientos e quarenta e seis, quando na verdade há uma contradição com o que há pouco apresentei, não tem metade da informação e quando tem informação não faz sentido. Reparem inclusive aqui em alguns deles em que a data de aprovação em Assembleia Municipal, é posterior à data de contratação do empréstimo. Portanto ou estes mapas estão todos trocados mais uma vez ou presumo que não estejam a gozar com a nossa cara, obviamente que não estão. Portanto eu não consigo ter uma opinião sobre isso, desculpem, mas não há informação e o que está é um disparate. A data de aprovação da Assembleia Municipal, é posterior à contratação. Desculpem não consigo dizer muito mais sobre isto, a informação não existe, está errada. O capital contratado quinhentos mil, capital utilizado zero, enfim desculpem, mas é um disparate autêntico que eu vejo aqui.

Finalmente sobre os passivos contingentes, Senhor Presidente sobre isto é um assunto muito sério, peço-lhe o favor de esclarecer esta Câmara sobre o ponto de situação destes processos. Em primeiro lugar temos aqui um processo do Ramalho Rosa Cobetar Sociedade de Construções, que entretanto, terá sido adquirida e incorporada na FCC Construcción, que é espanhola e estamos a falar de valores, neste caso o valor da ação é omissa. Portanto não sabe qual é o valor desta ação. Depois temos dois processos que me parecem de extrema gravidade com a Agência Portuguesa do Ambiente, que gostaria também de perceber aqui o que é que se trata porque me parece não sendo eu da área, tem a ver com a questão da rede de esgotos que o nosso Deputado José Carlos Alves, tem levantado repetidamente. Estamos a falar de montantes de coimas no mínimo de meio milhão de euros e no máximo poderá atingir dez milhões de euros. Portanto este é um assunto seríssimo para aquilo que pode ser o futuro do concelho. E além disso há um quarto processo do Centro Nacional de Cibersegurança e pelo que eu entendo porque o Município Belmonte, omitiu a informação, é o que diz aqui no processo do envio de informação, a omissão de envio de informação ao Centro Nacional de Cibersegurança relativa a ponto de contato permanente, responsável de segurança, lista de ativos e relatório anual. Este tem aqui um valor de ação de dez mil a cinquenta mil. Portanto seja como for falamos aqui de um montante muito considerável, que poderá ser superior a dez milhões de euros, mesmo desconhecendo o valor da primeira ação, portanto precisava por favor Senhor Presidente, de uma explicação por favor sobre cada um destes processos.

Obrigado.”

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

Tenho aqui duas ou três pequenas questões relativamente ao ponto quatro e ponto cinco, ponto um - situação de contratos, existe aqui uma pessoa que está a prestar serviços ao Município, que há dois anos que presta serviços ao Município e ainda não recebeu. Isto é verdade ou é mentira? Estou-me a referir à colaboradora com o nome

Ana Alexandrina Carvalho Sousa, prestação de serviços em regime de avença, no valor de dezanove mil e duzentos euros e depois mais à frente não tem o valor recebido. Isso é um lapso, ou o que é? Só pode!

Relativamente às vinte pessoas que têm contratos com o Município, e que constam aqui nesta lista, qual é a situação atual destas pessoas? Já foram todas integradas? Algumas eu sei que já foram integradas no Município, e as outras também vão ser? Se estão incluídos nos últimos contratos de incorporação de funcionários ou não?

O outro assunto é relativo ao balanço, e até no discurso que o Doutor António Marques, acabou há pouco de falar relativamente ao balanço no passivo não corrente temos previsões em dois mil e vinte e três, de cento e cinquenta mil euros e em dois mil e vinte e quatro, de oitenta e quatro mil a grosso modo. A que se deve esta redução? Nestes de oitenta e oito mil euros, quais são os processos que estão aqui incluídos? O que é que está provisionado relativamente a todos os processos que o Município tem pendentes, contenciosos, etc.

Muito obrigado.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e referiu que os processos de contraordenação também os preocupavam. Contudo, os mesmos já estavam a decorrer há muitos anos, sendo que alguns deles até já estavam a decorrer quando ele tinha chegado à Câmara Municipal.

Em relação aos concursos, mencionou que os mesmos estavam a decorrer, sendo que queria e que até já tinha solicitado aos seus serviços que todos estes assuntos ficassem resolvidos antes de terminar o seu mandato, para que as pessoas soubessem com o que contavam.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou que o processo referente à proteção de dados já era antigo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor Consultor da Área Financeira, Pedro Patrício.

O Senhor Consultor da Área Financeira, Pedro Patrício, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que o que estava mencionado na Demonstração dos Resultados em “Outros Gastos”, na página 115 do anexo, era o mapa descritivo, mas que essencialmente eram as correções dos anos anteriores, ou seja, eram movimentos

do ano anterior que estavam indevidamente registados nas contas e que constavam na nota 23, do mapa 8 “Outros Gastos e Perdas”.

Relativamente aos custos de financiamento, mencionou que ainda que não fosse uma questão de contas, não tinha qualquer problema em esclarecer devidamente a questão. Frisou que o que contava para o apuramento da capacidade de endividamento era aferir-se se existia a capacidade de endividamento ou não para o valor total do capital do empréstimo.

Asseverou que os encargos adicionais eram juros ou comissões que eram pagas ao longo do período e não eram consideradas endividamento. Portanto aquilo que aferia e o que o Tribunal de Contas aferia era o valor contratado. E se lhe perguntassem se estava comprometido ou não, afirmou que sim, que tinha de estar, pois nem o Tribunal de Contas passava o visto ao documento sem que o mesmo estivesse devidamente comprometido, mas que tinha de estar de acordo com o cronograma financeiro e que seria maioritariamente em anos futuros. Aludiu que o compromisso era feito por conta dos orçamentos dos anos seguintes, conforme o plano financeiro e aprovado pelos órgãos municipais. De outra forma nem sequer o Tribunal de Contas emitia o visto.

No que concerne à questão dos empréstimos, referiu que o mapa em questão era o que costumava ir nas contas, mas que não necessitava de ter vindo à Sessão, pois era um mapa que seguia para o Tribunal de Contas e que saía automaticamente da aplicação, sendo que tinha de ser editado no momento da inserção. Aludiu que a única coisa que não saía neste mapa era a taxa de juro atual. Por uma razão muito simples, porque aquando da consulta nos sites dos bancos, não se conseguia apurar qual é que era a taxa efetiva que estava a ser praticada no momento. Logo a taxa atual tinha que ser muitas das vezes estimada.

Deu nota, que o documento oficial era o documento que estava junto à prestação de contas e que o mesmo era enviado todos os anos. Informou que esse é que era o mapa oficial de empréstimos considerado e que a informação estava correta, aliás bastavam percorrer para verem que as datas estavam todas coerentes, ou seja, a aprovação pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal, a data de celebração do contrato, a deliberação e o visto do Tribunal de Contas.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que apesar de ter ficado preocupado ou melhor tinha esperança de que não tivesse sido utilizado todo o montante de capital contratado, mas que de facto se tinha apercebido nesse mapa que todo ele estava a ser utilizado e por isso tinha percebido que era o correto.

O Senhor Consultor da Área Financeira, Pedro Patrício, tomou a palavra e mencionou que também podia esclarecer sobre essa situação. Aludiu que o capital tinha sido utilizado e amortizado, ou seja, o empréstimo de curto prazo tinha que obrigatoriamente estar todo amortizado no final do ano, sob pena de haver

responsabilização para os gestores públicos, nomeadamente para os Membros da Câmara. Referiu que o mesmo tinha sido utilizado ao longo do ano, mas que também tinha sido pago no final do ano.

No que concerne aos passivos contingentes, referiu que não conseguia detalhar quais é que eram os processos em causa, ou a razão de ter existido uma redução nos processos, ou dos processos que tinham sido concluídos. Logo, tinha existido uma redução nas previsões. Contudo não eram processos significativos.

Frisou que o valor que estava inscrito no balanço como previsões, esse sim é que correspondia aqueles processos que a Câmara Municipal, entendia que poderia existir algum risco de vir a ser condenada, daí esses estarem incluídos no balanço. Mencionou que tinha sido uma redução no valor das provisões que resultou em terem sido concluídos alguns processos.

Relativamente ao mapa dos contratos, efetivamente só poderia ter existido um lapso, porque esse contrato em concreto da pessoa em causa, recebia mensalmente e praticamente no mesmo dia dos vencimentos. Aludiu que esse mapa era carregado automaticamente com os pagamentos que eram feitos e que seguramente teria existido algum lapso na associação do cabimento ou do compromisso associado ao contrato.

Para terminar, aludiu que o mesmo iria ser corrigido.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Relatório e Conta de Gerência 2024 do Município de Belmonte” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **9** abstenções da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e **10** votos a favor, da Bancada do PS, pelo que o “Relatório e Conta de Gerência 2024 do Município de Belmonte” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação.”*

3.6- Normas de Controlo Interno - Para Conhecimento

Os Membros da Assembleia Municipal de Belmonte, tomaram conhecimento das Normas de Controlo Interno.

3.7- Programa de Cumprimento Normativo e Transparência Municipal – Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Para Conhecimento

Os Membros da Assembleia Municipal de Belmonte, tomaram conhecimento do Programa de Cumprimento Normativo e Transparência Municipal – Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

3.8- Apreciação e votação da Recondução do Membro designado em Assembleia Municipal Luís António Almeida para a CPCJ de Belmonte

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Não tenho, nem este Grupo Parlamentar tem qualquer tipo de objeção à personalidade que representou/integrou a CPCJ, de resto com quem tive recorde algumas interações, mas também entendemos, que os discursos de abril são importantes, e portanto, não há ninguém insubstituível, se calhar também era importante que outros pudessem dar o seu contributo e por isso queria apresentar aqui a proposta da Doutora Telma Matos, a integrar a CPCJ de Belmonte para o próximo mandato.

Muito obrigado.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e referiu que neste ponto o que se estava a tratar era a recondução ou não do Membro designado em Assembleia Municipal Luís António Almeida, sendo que se iria votar esse ponto dessa maneira. Todavia, depois disso podia propor o que quisesse.

Seguidamente solicitou ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que repetisse a sua intervenção anterior, uma vez que houve Membros da Assembleia, que não conseguiram ouvir a sua intervenção.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), retomou a palavra e repetiu a intervenção que tinha feito anteriormente.

Por fim, questionou quem é que propunha a recondução.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou novamente a palavra e informou que tinha sido a CPCJ. Questionando se o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), não tinha rececionado o documento.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Como todos devem estar lembrados, houve eleições para a CPCJ no início do mandato e foram eleitas as pessoas para a CPCJ, entre as quais neste caso a minha pessoa. Efetivamente que os mandatos na CPCJ, não são coincidentes com os mandatos autárquicos. Portanto os mandatos na CPCJ são de três anos e os autarcas são de quatro anos. Aquilo que a Comissão Nacional e a Entidade que propõe as pessoas é que têm de reconduzir o membro para chegar ao fim do mandato. Quando chegar ao próximo mandato, haverá certamente eleições nesta Assembleia para indicar novos nomes para chegar com o novo mandato.”

O Senhor Deputado David Canelo (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Não sei se vocês sabem, mas fui eu que criei a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Não me leva a mal enfim um pouco contra aquilo que queria na altura o atual Senhor Presidente da Assembleia na altura o Presidente da Câmara, não estava muito disposto para isso, mas eu consegui, certamente vocês se lembram. Tínhamos de a criar, porque era um dos oito concelhos que ainda não tinha no país, e Belmonte necessitava de sobremaneira. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não é aquilo que parece, que é uma coisa leve, de fácil trabalho, é muito complicado, bastante complicado, e o Senhor Luís António, porque até já desempenhou funções no Tribunal não sei se era como oficial ou como era, em relação ao departamento dos jovens, reúne todas as condições para pelo menos estar mais um mandato, nessa Comissão, porque é lá necessário. Os problemas a nível jurídico são enormes, e ele sabe lidar muito bem com essa situação. Não está aqui em causa a qualidade dos outros, não está aqui a qualidade que ninguém é insubstituível evidentemente, mas nesta circunstância e nos trabalhos que a Comissão tem neste momento, com muitos jovens com graves problemas, interessa que aqui haja uma continuação pelo menos nesta altura. Eu digo isto, porque como calculam, ainda não há muitos anos, mas já vão dois que eu saí da escola e sei da necessidade dessa Comissão. Nesse sentido Senhor Professor António Marques e Telma Matos, dirijo-me a vós que é muito importante pelo menos não há pessoas insubstituíveis, mas que pelo menos mais um período que ele continue, enfim eu acho que vocês devem compreender. Aquilo não é passear. Aquilo é uma coisa que se faz de livre vontade, sem qualquer acréscimo remuneratório. Tem muitas dificuldades. Não é aquilo que nós pensamos. O Senhor Luís António é uma pessoa que está muito indicada, e eu vi isso, até porque ele ainda para lá foi quando eu lá estava e vimos que a Comissão teve uma mais-valia com ele. É só nesse sentido que me parece que ele possa estar mais um período na Comissão. Certamente também já não irá estar sempre, mas que é bom que esteja.”

Obrigado”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Muito obrigado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e fica aqui bem demonstrada a valia de se poder trocar impressões, pedidos esclarecimentos, e os Deputados poderem conversar, porque isso faz parte daquilo que são as regras da democracia, aqui como em todo o lado. Então perante este esclarecimento do Senhor Deputado Luís António, bem como do Senhor Deputado David Canelo, devo dizer que esta Bancada vai votar favoravelmente esta proposta de recondução.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Recondução do Membro designado em Assembleia Municipal Luís António Almeida para a CPCJ de Belmonte” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor, da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que a “Recondução do Membro designado em Assembleia Municipal Luís António Almeida para a CPCJ de Belmonte” foi aprovada por **unanimidade** dos presentes na votação.”*

*Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por **unanimidade**.*

4 - 2º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tendo em conta que não houve inscrições, este período de intervenção dos Senhores Municípes ficou encerrado.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 12:15 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, Primeiro Secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Senhor Presidente, depois de lida e aprovada integralmente na Sessão seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário